

FAMÍLIA: ARQUITETURA E DOMESTICAÇÃO

FAMILY: ARCHITECTURE AND DOMESTICATION

FERNANDO FREITAS FUÃO

Resumo: O presente estudo propõe-se a investigar a correlação direta da família com a casa, o *domus*, e o correspondente papel da família e da casa como domesticadores. Acredita-se que a importância desse trabalho é trazer à superfície a questão da casa e da família, do morar e do habitar. Isso porque o ‘projeto da casa para a família’ é uma das especificidades da profissão de arquiteto, seja a casa unifamiliar, o condomínio, o edifício residencial ou a moradia de baixa renda. A maioria dos estudantes aproxima-se da profissão de arquiteto justamente pelo desejo de projetar moradias. Então, nada mais oportuno e necessário do que estudar a relação entre a constituição e a estruturação da família e a sua trajetória histórica com a casa. Ao dar forma a uma casa, estamos também dando forma, reformando, deformando e conformando uma instituição: a família. Cabe perguntar por que na academia não se estuda a família, por que se tem ela como um ‘dato natural’, uma coisa inata e imutável? Quando a família não é uma instituição social passiva, ao contrário, ela é ainda responsável em parte pela domesticação humana. O estudo apoia-se em várias áreas de estudo: filosofia, história, psicanálise e antropologia.

Palavras-chave: família, casa, domesticação, *unheimlich*, colonização

ABSTRACT: *The present study proposes to investigate the direct correlation between the family and the house, the domus; and the corresponding role of the family and home as domesticators. It is believed that the importance of this work is based on bringing to the surface the question of home and family, of living and inhabiting. Also because the ‘house project for the family’ is one of the specifics of the architect’s profession, be it a single-family house, a condominium, a residential building, or a low-income housing. Precisely, topics that most students approach the architectural profession due to the desire to design housing.*

So, nothing more opportune and necessary to study such a relationship between the constitution and structuring of families and their historical trajectory with the house. When giving shape to a house, we are also giving shape, reforming, deforming and conforming an institution: the family. It is worth asking why the academy does not study the family, why has it been given as a ‘natural datum’, an innate and immutable thing? when the family is not a passive social institution, on the contrary; it is still partly responsible for human domestication. The study draws on various areas of study, philosophy, history, psychoanalysis, anthropology.

Keywords: family, home, domestication, *unheimlich*, colonization
Keywords: interaction, interdependence, biodiversity, sociability, ecosystems regeneration.

RESUMEN: *El presente estudio se propone investigar la correlación directa entre la familia y la casa, la domus; y el papel correspondiente de la familia y el hogar como domesticadores. Se cree que la importancia de este trabajo radica en traer a la superficie la cuestión del hogar y la familia, del vivir y habitar. También porque el ‘proyecto de casa para la familia’ es una de las especificidades de la profesión del arquitecto, ya sea una casa unifamiliar, un condominio, un edificio residencial o una vivienda de interés social. Precisamente, temas a los que se acercan la mayoría de los estudiantes de la profesión de arquitecto por el afán de diseñar viviendas. Entonces, nada más oportuno y necesario que estudiar tal relación entre la constitución y estructuración de las familias y su trayectoria histórica con la casa. Al dar forma a una casa, también estamos dando forma, reformando, deformando y conformando una institución: la familia. Cabe preguntarse por qué la academia no estudia a la familia, ¿por qué se le ha dado como un ‘dato natural’, algo innato e inmutable? cuando la familia no es una institución social pasiva, por el contrario; todavía es en*

parte responsable de la domesticación humana. El estudio se nutre de diversas áreas de estudio, la filosofía, la historia, el psicoanálisis, la antropología.

Palabras clave: familia, hogar, domesticación, unheimlich, colonización



Figura 1. Família. Collage. Fernando Fuão. 2016

FAMULUS.

Por que interessa para o arquiteto a questão da *famulus*, da família? Obviamente porque traz à superfície a questão da casa e da família, do morar e do habitar; também porque o ‘projeto da casa para a família’ é uma das especificidades da profissão de arquiteto, seja a casa unifamiliar, o condomínio, o edifício residencial ou a moradia de baixa renda. A maioria dos estudantes aproximam-se da profissão de arquiteto justamente pelo desejo de projetar moradias. Então, nada mais oportuno e necessário estudar tal qual se

estudam, por exemplo, sistemas construtivos, ou resistência dos materiais ou psicologia das cores, a própria constituição e estruturação das famílias e sua trajetória histórica. Ao dar forma a uma casa, estamos também dando forma, reformando, deformando e conformando uma instituição: a família. Cabe perguntar por que na academia não se estuda a família, por que se tem dado como um ‘dado dado’, uma coisa inata e imutável, se a família não é uma instituição social passiva, ao contrário, ela ainda é responsável em parte pela domesticação dos mesmos.

FAMULUS

Aquele que trabalhava no domus, o escravo, os romanos designavam como *famulus*, palavra essa diretamente associada à família. O termo família é derivado do latim *famulus*, refere-se originalmente ao escravo doméstico, o servo, o criado (em seu duplo sentido), o servidor, o serviçal, o submetido ao chefe da família, o ente doméstico-domesticado². Essa expressão foi criada na Roma antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas a agricultura e a escravidão legalizada, fruto das terríveis conquistas romanas que iam capturando inúmeros escravos que eram utilizados nos mais diversos serviços, para manter o Império. Para os gregos e romanos, a escravidão era um fenômeno naturalizado; eles possuíam uma terminologia abundante para designar os escravos. Por exemplo, o *atriensis* era o guarda-mor do *atrium*, o *topiarius* podava as árvores, o *ostiarius* era o guarda da porta, o *lactarius* preparava o creme, o *placentarius* fazia pastéis, o *cellarius* tinha

² A expressão ‘servidão’ refere-se ao servente, o servidor, o serviçal, o criado. A etimologia de ‘servente’ vem do latim, *servens*, aquele que serve. ‘Servidor’ vem do latim *servitore*, declinação de *servitor*, do verbo *servire*, servir. Há outras palavras do mesmo étimo, como servo, serviço, servente e sargento, todas designando ato de executar alguma tarefa. Durante séculos o servidor esteve ligado a servo, e este a escravo; embora na Idade Média os servos se diferenciavam dos escravos por serem ligados à gleba e dependentes do senhor feudais. Com o tempo, os participantes religiosos nas igrejas e templos passaram também a ser chamados servos do Senhor. Curiosamente, a palavra ‘servo’ está atrelada a uma casa, um território, uma servidão; tal qual a palavra *famulus*.

a seu cargo a adega ou o celeiro. Além destes termos mais especializados, os romanos recorriam a outros mais genéricos, que indicavam a condição do escravo sem considerar propriamente a função exercida por ele. Entre estes termos, os mais frequentes eram *servus*, que designava o escravo do ponto de vista jurídico ou político; *famulus* (pronuncia-se fámulus), que indicava o escravo do ponto de vista *patriarcal*, e *mancipium*, que denominava o escravo do ponto de vista econômico, ou seja, considerando-o como propriedade ou mercadoria. ³

Posteriormente, o conjunto todo de escravos que serviam sob o mesmo teto também se chamaria *famulus*, originando o termo ‘família’. Um só escravo não bastava, era preciso mais do que um para se constituir uma família. É claro que, quanto mais poderoso o *domus*, maior era o número de escravos da casa e, portanto, maior era a família. Era este o significado primordial de família. Foi assim que se passou a empregar a palavra *famulus* para determinar um grupo de pessoas que, unidas por laços de sangue, viviam na mesma casa e estavam submetidas à autoridade comum de um chefe, o *pater familias*. ⁴

Essa raiz etimológica atesta a estreita ligação entre escravidão, servidão e família, revelando a natureza possessiva das relações familiares, como se viu no culto ao *Deuses Lares*; onde a mulher devia obedecer a seu marido como seu amo e senhor, e os filhos

também a quem deviam suas vidas. A noção de posse e de poder estão intrinsecamente acorrentadas à origem e evolução do grupo familiar greco-romano, e à formação da propriedade privada. A concepção dessa família: mulher, filhos, escravos, servos e empregados, animais como objetos de posse falocêntrica ecoa em expressões ainda hoje utilizadas correntemente como: ‘meu filho’, ‘minha filha’, ‘minha mulher’. Com relação aos empregados, ainda é comum nos dias de hoje eles se referirem ao ‘meu patrão’, à ‘minha patroa’, assim como o senhor e a senhora, mandantes deles. As classes média e as abastadas designam até os profissionais que prestam serviços a eles como: ‘o meu médico’, ‘o meu dentista’, ‘minha arquiteta’, ‘meu *personal trainer*’. Parece que distintamente da antiguidade, tudo o que se paga ou que se pode comprar comparece como pertencente ao pagador comprador como se fosse posse do *domus* e do Dom.

Ao correlacionar-se a família com a linguagem, observa-se que em algumas línguas dos povos originários da América Latina não há pronomes possessivos: ‘meu’, ‘teu’; e em outros tampouco o ‘nosso’, o nós. Como esclarece brilhantemente Fernando Macena de Lima em sua dissertação: *Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX). Historiografia da descrição dos sistemas de posse*⁵, nessas culturas o indivíduo (eu para nós) quando se refere como ‘nós’ ou ‘nosso’, não tem presente o meu e o teu explicitamente; apenas exaltam

³ Em: Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-do-substantivo-familia/32950> [consultado em 13-09-2022]. Dai tem resultará a palavra ‘emancipado’.

⁴ Cícero dizia (Cæcin. 55) que unus homo familia non est (um só homem não constitui uma família), e o jurisconsulto Julius Paulus Prudentissimus (séc. III d. C.) completava (V, 6, 39) que familiae nomine etiam duo servi continentur (com dois escravos já se constitui o que se chama uma família). No entanto, por extensão de sentido, os romanos serviam-se do termo para designar também toda a casa sob cujo teto viviam esses escravos, a qual compreendia o chefe – o chamado *pater familias* –, a sua esposa, os filhos, os ditos escravos e até os animais e as terras, ou seja, tudo o que era indispensável à economia familiar. De acordo com a *Digesta Justiniana* (50, 16, 195, 2), *familiam dicimus plures personas quæ sunt sub unius potestate* (chamamos família a um conjunto de pessoas que se encontram sujeitas ao poder de um só). Em termos jurídicos, e em sentido pessoal, o termo designava apenas a chamada família agnática, ou seja, a linhagem masculina, como se conclui do seguinte preceito do código referido anteriormente (50, 16, 195, 1): *mulier familiae suæ et caput et finis est* (a mulher é o início e o fim da sua própria família). Por extensão de sentido, família acabou por incluir também os *cognati*, ou seja, a linhagem feminina, tornando-se sinônimo de *gens*, pelo menos na linguagem corrente, mas não na linguagem jurídica. Op. cit.

o sentido do coletivo e da comunidade. Em termos linguísticos: a questão gramatical dos pronomes pessoais e possessivos foi de importância ‘capital’ para os missionários jesuítas, um pecado, ao incorporá-los erroneamente nas traduções. Na realidade, os povos originários não tinham esse sentido de posse do meu, teu ou nós. Ao traduzirem esses modos de vida para a Europa, os jesuítas, na maioria das vezes, não foram capazes de entender que não é o homem que possui a terra, a natureza, mas a terra, a natureza que possui o homem, ainda que ficassem espantados com o modo de vida do ‘nobre selvagem’ (Rousseau). Segundo o filósofo Enrique Dussel, a própria ideia de comunismo foi retirada da vida em comum desses povos originários da América do Sul e levada pelos próprios colonizadores para a Europa. Foi assim que surgiram as ideias utópicas socialistas desde a *Utopia* de Thomas Morus, passando por C. Fourier e posteriormente o comunismo de Marx e Engels; sem desmerecê-los. Ou seja, não foi uma invenção inglesa, francesa ou alemã, mas o que sempre se estuda é a valorização da Europa, até mesmo nesse caso. Sabemos mais desses personagens que do povo *Khuna*.

Família no sentido ocidental civilizatório em sua es-

sência quer dizer servidão. Ainda que se tente dissimular constantemente essa situação. A marca de ‘amo’, amor, minha mulher e meus filhos, meu marido, meus pais, tudo é possessivo. Tudo é amor possessivo. Faz-se presente na origem da organização simbólica que conhecemos como família em todas as estruturas do parentesco; aí poderíamos, quiçá, até desconstruir, por semelhança, o atual sentido do amor como essencialmente falocêntrico, possessivo, característico da servidão ao Dom. Por correlação, poder-se-ia falar de uma domesticação do amor, assim como a invenção do amor romântico. A mulher continua sendo igualmente serva dessa instituição chamada família e do seu discurso de domesticação. Não só a mulher é atravessada por esse Dom, senhor, amo; esse comprometimento da família e dos familiares é bem mais profundo e oculto; certamente, as crianças são as primeiras vítimas desse processo de doma, desde a Antiguidade até os dias de hoje quando se acorrentam a um celular.⁶

Miguel Bassols, ao tratar de *famulus*, explica que Lacan já colocava, em seu mais profundo entendimento psicanalítico e espectral, que na família pensamos decidir o que queremos, mas na verdade é o que os outros sempre quiseram. Mais especificamente em

⁵ LIMA, Fernando Macena de. Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX), *Historiografia da descrição dos sistemas de posse*. (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística, Pós-Graduação em Semiótica e Linguística. São Paulo. 2009. P. 10. “No caso do território conhecido hoje como Brasil, a língua de grande proficiência primeiramente escolhida para ser usada como ‘instrumento’ de comunicação foi o Tupi da costa, sistematizada do fim do século XVI e meados do século XVII pelos padres jesuítas José de Anchieta [1534 – 1597] na obra *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* [1595] e Luis Figueira [1573 – 1643] na obra *Arte da Língua Brasileira* [1621]. Nestas gramáticas, os dilemas e dificuldades em lidar com uma cultura diversa também se fizeram presentes, fato que os autores deixavam bem explícito quando relacionavam a natureza do índio à de sua linguagem (Santos 1999) e também quando se mostraram dispostos a “melhorar” uma cultura vista como inferior” Op. cit.; p 11, (...). “Enquanto diversas línguas indígenas sul-americanas têm elementos pronominais de primeira pessoa do plural, equivalentes ao nós, nos, nosso do Português, muitas outras distinguem duas expressões pronominais da chamada primeira pessoa do plural, uma inclusiva, que inclui a pessoa com quem se fala (‘eu e você’ ou ‘eu e vocês’) e outra exclusiva, que exclui essa pessoa (‘eu e ele’ ou ‘eu e eles’). Essa é uma distinção que ocorre em diferentes partes do mundo. Há entretanto uma distinção que até agora só foi observada numa língua do Brasil, o Tupinambá (fam. Tupi-guarani). Nesta há três pronomes «nós», um exclusivo e dois inclusivos. Estes dois últimos se distinguem pela presença ou ausência de uma terceira pessoa que o falante põe em foco em seu discurso: jané significa ‘eu e você’ ou ‘eu e vocês’ ou ‘eu, você e outros’, ao passo que asé quer dizer ‘ele e eu e você(s)’ ou ‘eles e eu e você(s)’.” Op. cit.; p. 11

⁶ FUÃO, Fernando. CELU-LARES. PIXO, *Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 5, p. 258-261, 2021. <https://dx.doi.org/10.15210/PIXO.V5I18>

termos lacanianos, é a nossa família quem nos fala, e inclui também toda série de espectros do passado. E este ‘nós’, destacava Lacan, deve ser entendido como um complemento direto, no sentido de que somos falados pela nossa família nessa trama de discursos que chamamos de destino. E, que o sujeito segue sendo, ainda, o servo, o domesticado da família e de seu discurso.⁷

A marca do significante ‘amo’ (Dom, *dominus*, senhor) se faz ouvir assim na origem da organização simbólica que conhecemos em todas as estruturas de parentesco como a família. Estudos centrados na área da história e antropologia da família têm mostrado que sua estrutura não pode ser definida como uma unidade natural baseada na finalidade da reprodução. A família humana enquanto instituição sofreu sucessivas mudanças ao longo de sua história. E, sua estrutura de relações simbólicas nem sempre se sobrepõe ou coincide com a unidade biológica, mas às vezes se confunde. E quando se sobrepõe, essa estrutura simbólica de relações que regem o parentesco e a descendência modifica radicalmente a suposta unidade natural da família, ao ponto de dizer que já a desnaturou completamente. Não há nada natural na família. A semelhança observada entre seus membros habituais no ocidente desde o século XIX: o pai, a mãe e os filhos com a família biológica, como Lacan apontou é “uma semelhança absolutamente contingente, onde o pensamento é tentado a considerá-la como uma comunidade de estrutura baseada diretamente na constância dos instintos, como os fins naturais da reprodução e da prole. Essas contingências são hoje ainda mais evidentes e diversas pelas incidências que a tecnologia

tem sobre o corpo, a ponto de ter modificado a própria organização que o significante-mestre comandava sobre a economia do gozo. Hoje, se pode muito bem pedir uma família sob medida para o fantasma de cada um.”⁸

Prossegue Bassols referindo-se ainda a Lacan: “Nas sociedades patriarcais, sustentadas pela prevalência do ‘Nome do Pai’, o falo como significante mestre ordena a troca de mulheres entre clãs segundo a lei da exogamia. Como apontou Lévi-Strauss, são os homens que trocam as mulheres, e não o contrário.”⁹ Entretanto, pautar-se nos estudos de Claude Lévi-Strauss e as *Estruturas elementares de parentesco*, na década de 60 e 70, ou mesmo nas teorias de Durkheim e Malinowski elevando-as a categoria universal seria um equívoco antropológico e psicanalítico. Estudos recentes, mostram um papel da mulher bastante distinto nas sociedades nômades e em várias culturas dos povos indígenas. As mulheres guaranis, por exemplo, ainda no século XVII trocavam de marido também segundo seus desejos; e não eram os homens que trocavam de mulheres. A questão da posse do homem, o patriarcalismo naquela época como colocamos antes, parece bastante amortecida na cultura guarani e na casa coletiva (*oga, oquassu*). Para os guaranis o conceito de monogamia não existia; as crianças eram de modo geral criadas por todos, até ser introduzido o modelo unifamiliar trazido pelos jesuítas.

Evelyn Reed foi muito clara sobre esse aspecto: “A descoberta do papel dominante assumido pela mulher na sociedade matriarcal primitiva destrói o mito capitalista. A mulher da época selvagem dava

⁷ BASSOLS, Miquel. Famulus. Em: <http://www.lacan21.com/sitio/2016/10/25/famulus/?lang=pt-br>.

⁸ BASSOLS, op. cit. Aqui, Bassols refere-se a questão da inseminação artificial.

⁹ BASSOLS, op. cit. “A controvérsia sobre a universalidade dessa lei muda de sentido se levamos em conta o que Lacan formalizou da estrutura do Édipo freudiano com a conhecida fórmula da metáfora paterna. Se os homens trocam as mulheres entre si segundo a lei fálica, as mulheres trocam o falo pelo filho, introduzindo na lógica das leis do parentesco um elemento singular que não pode mais ser reduzido à ação pura do significante. O gozo feminino, implícito de múltiplas maneiras na sigla DM que criptografa o Desejo da Mãe nessa fórmula, afunda as raízes desse desejo materno em um campo que está sempre além ou mais próximo do gozo fálico. É o campo do gozo feminino, o gozo do Outro, que se aninha em cada unidade familiar”. Bassols, op. cit.

à luz seus filhos e continuava livre, independente, e representava o centro da vida social e cultural. Isto vai de encontro a um ponto muito doloroso, porque afeta não somente a ‘questão feminina’ como também a ‘sagrada família’. Tal contraste se agrava pelo fato de que esta igualdade e estas liberdades caminham paralelas também com algumas relações sexuais livres, tanto por parte dos homens como por parte das mulheres, em agudo contraste com as rígidas restrições sexuais impostas à mulher em nossa sociedade dominada pelo homem. Outro aspecto da vida primitiva difícil de ser aceito pelos conservadores, é o fato de que os primitivos não sabiam e não se preocupavam em saber quem era o pai de cada filho que nascia. Os filhos não eram uma propriedade como os demais artigos de propriedade privada, nem eram estranhos uns aos outros, de acordo com a sua riqueza, classe ou raça de suas famílias. Todos os adultos de um clã se consideravam pais sociais de todas as crianças, e se preocupavam com todos, igualmente. Não existia uma situação tão trágica e anormal como a de uma criança superalimentada de um lado e, do outro, crianças abandonadas, doentes ou famélicas. Na sociedade comunitária, em que ainda não existia a família como um núcleo isolado, era inútil e irrelevante saber quem era o pai biológico, ou inclusive a mãe biológica. Estes perturbadores descobrimentos eram difíceis de digerir, e encontraram grande resistência.”¹⁰

Lacan em seu livro *A família*¹¹ parece debruçar-se na formação da família burguesa, como expressão histórica e evolucionista, e de um concentrado da família originária unifamiliar, ignorando as outras infinitas possibilidades de organizações comunitárias de existência, principalmente nas culturas indígenas, afastadas da própria palavra ‘família latina’ e de seus

famulus, e do pensamento familiar domesticado.

Segundo Jacques-Alain Miller em *El revés de la familia*, ao elogiar Lacan toma a experiência do que ele chama de ‘fracasso das utopias comunitárias’ que existiam na época, (anos 60-70), em que se buscava ampliar o círculo da família, criar filhos em comum e fazer existir uma entidade, além do círculo familiar. Diz Miller: “A lucidez de Lacan pode ser observada quando ele enfatiza que a família conjugal tem uma função de resíduo na evolução das sociedades, e que será mantida justamente porque está no estado de resíduo, no estado de pequeno objeto. O que vivemos hoje confirma isso. Ele interpreta essa própria resistência da família conjugal pelo caráter irreduzível da transmissão, não transmissão de saberes, nem transmissão de necessidades, mas transmissão constituinte para o sujeito.”¹²

Entretanto, a domesticação da família já não está na própria família, ela já não é a única produtora de domesticação, a única fábrica, embora seja a mais próxima do sujeito e da criança pelo menos nos primeiros anos da existência. Ela se desloca e se dissemina constantemente ao longo da história. Sua estrutura não pode ser definida como uma unidade natural principalmente a partir do momento em que o Estado passa a tutelar, domesticar e inventar novos modos familiares à família. A história da família é toda uma ‘*famulação*’. Fabulação, no sentido em que acreditamos que no privado encontra-se o que possuímos de mais precioso, que pertence somente a nós mesmos, o íntimo, e que não diz respeito a mais ninguém. Não deve ser divulgado e exposto, algo por vezes diferente das aparências que exige guardar em público. *Famulação*, fabulação porque vivemos a invenção e construção de uma socieda-

¹⁰ REED, Evelyn. *Mulher e Família: Uma Análise Histórica*. Em: *Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Primeira Edição: Este discurso foi pronunciado no dia 9 de maio de 1969, em reunião patrocinada pelo SDS – Socialista Meridional, realizada naquele final de semana, convocada pela Aliança de Jovens Socialistas.

¹¹ LACAN, Jacques. *A família*. Lisboa: Assirio e Alvim. 1981.

¹² MILLER, Jacques-Alain. *El revés de la familia*. Consecuencias. Revista digital de psicoanálisis, arte y pensamiento. Abril 2012. N.8.

<http://www.revconsecuencias.com.ar/ediciones/008/template.php?file=arts/Alcances/El-reves-de-la-familia.html>

de privada, onde o comum é constantemente atacado, e ‘as roupas sujas seguem se lavando em casa’. Como bem observou o célebre historiador Georges Duby, a família “naturalmente inscrita no interior da casa, da morada, encerrada sob fechaduras, entre muros, torna-se vítima de sua própria clausura. No entanto, por dentro e por fora dessa ‘clausura’, cuja integridade as burguesias do século XIX pretendiam defender a todo custo, constantemente se travaram combates”¹³

FAMÍLIA E CIVILIZAÇÃO. DESFAMILIARIZAÇÃO.

A família é uma unidade difícil de desconstruir, mas é desconstrutível e reformável como bem aponta a História. A desconstrução de Jacques Derrida ao retomar a temática da ‘familiaridade/não familiaridade’, de alguma forma avança e recua simultaneamente na desmontagem do discurso da família, ao propor-se desconstruir esse par de oposições. A questão não é desmontar, desconstruir a família e a familiaridade, a questão também está posta no nome: o nome do pai e o nome da mãe; enfim no próprio nome família e filiação. Derrida, inegavelmente dentro de uma linha freudiana e lacaniana, sem querer, parece ainda querer preservar a família, não desmantelando o ‘familiar x não familiar’ contido dentro do familiar e vice-versa; mas sim preservando a mais terrível relação: o da família e da propriedade privada. Sabemos que a questão da familiaridade é muito mais uma questão das diferentes práticas de vida, de sutis variações de domesticações que ocorrem dentro de uma casa; pessoas que podem tornar a casa um lugar hospitaleiro, um lar, ou transformá-la num lugar inóspito, hostil.

Tudo sugere que a teoria da familiaridade/desfamiliaridade como foi introduzida na desconstrução

pouco aporta para arquitetura, quando confrontada pela domesticação. O problema é que a ‘desconstrução na arquitetura’, o desconstrutivismo, focou o problema do familiar x não familiar sobre a forma da casa, na aparência (Ghery, Zaha, Eisenmann, Libeskind) desde um ponto de vista topológico externo a casa, e ainda dentro da dicotomia espacial clássico/moderno, em que em nada atinge as fundações da arquitetura: ao contrário, afirma sua superficialidade. Os temas da familiaridade e hospitalidade são parte do discurso da desconstrução na arquitetura, mas raramente se associam à domesticação. A desconstrução em arquitetura irá tentar desestabilizar dois binômios: familiar/não familiar e o binômio hospitalidade/inospitalidade. Todos os dois não remetem à questão da domesticação e seu contrário, o selvagem.

Em termos de desconstrução, quando Derrida propõe acabar com o conceito, as definições e o binarismo, e aponta questões bastante sugestivas, como o ‘possível estar contido no impossível’, o ‘não familiar no familiar’; e aqui poderíamos acrescentar ‘o domesticado no indomesticável’. O domesticado não vive sem o indomesticável, o selvagem, o bárbaro, foi exatamente isso que ele tratou longamente em *A besta e o soberano*.¹⁴

O *heimlich*, o familiar, o doméstico é o íntimo, se refere também na língua alemã aos animais domésticos e mansos que permanecem sob o domínio do Dom. O *unheimlich*, a verdadeira ‘não familiaridade’ para a família (o estranhamento, não familiar, o sinistro) enquanto sentimento vai aproximar-se do indomesticável, do selvagem, do rebelde, da animalidade em sua pujança. E, também com o que se pode categorizar pelo monstruoso, a besta, e o fantasma; como veremos a família não viverá sem suas bestas. Ela se constituiu e se constrói também num processo de amortecimento, repressão e contenção do monstruoso, para que o monstruoso não brote,

¹³ DUBY, Georges; ARIÉS, Philippe. *História da Vida Privada 1. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 3

¹⁴ DERRIDA, Jacques. *Seminário La bestia y el Soberano, volumen II (2002-2003)*. Buenos Aires: Manantial. 2011.

ficando sob permanente controle. Mas, infelizmente, acaba brotando. Da civilização e sua domesticação, da moralidade e da hipocrisia depois de dois séculos acabaram brotando: Hitler, Mussolini; e hoje no Brasil uma falange de terror de Bolsonaro e seus partidários. Acusam todos não partidários e defensores da família e da pátria como sendo comunistas, terroristas, bestializando outros humanos, os não pertencentes à sua *família*. Mesmo com séculos de execução do projeto civilizatório e de humanismo, como bem reconheceu Heidegger em *Carta sobre o humanismo*, não foi possível conter a erupção do sinistro, a falência do humanismo. ¹⁵ “Você pergunta: *Comment redonner un sens au mot “Humanisme”?* Esta questão nasce da intenção de conservar a palavra ‘Humanismo’. Pergunto-me se isto é necessário. Ou será que não se manifesta, ainda, de modo suficiente, a desgraça que expressões desta natureza provocam? Não há dúvida de que há muito se desconfia dos ‘ismos’. Mas o mercado da opinião pública exige constantemente novos ‘ismos’. E sempre se está disposto a cobrir esta necessidade.” ¹⁶

Também Foucault explicitou contundentemente essa relação entre civilização, domesticação e racismo, “A partir da segunda metade do século XIX, a temática do ‘sangue’ foi chamada a vivificar e a sustentar, com toda uma profundidade histórica, o tipo de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade. O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. Sem dúvida, o nazismo foi a combinação

mais ingênua e mais ardilosa – ardilosa porque ingênua dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar –, (...) a exaltação onírica de um sangue superior implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros, e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total. E a história quis que a política hitleriana do sexo tivesse se tornado uma prática irrisória, enquanto o mito do sangue se transformava no maior massacre de que os homens, por enquanto, tenham lembrança”.¹⁷

Depois da Segunda Guerra Mundial, o humanismo, aceito então suas limitações e fracasso, retomaria com grande intensidade para aplacar os espíritos da selvageria e da barbárie humana da guerra provocada pelos ditos civilizados que culminou em *Auschwitz*, o projeto de educação universal mais intensamente. São dessa época, anos 50-70, o aumento do número de universidades e de escolas em todos os países do mundo.

A história mostra que a civilização ocidental e o processo civilizatório se estabelecem exatamente pela monstrificação dos outros que relutam a se domesticar ou se adaptar ao novo domínio, de uma superioridade de uma raça ou de uma classe sobre a outra. A monstrificação é uma ficção, uma invenção para rotular esses outros diferentes como os indígenas, os moradores de rua, os deficientes físicos, os anormais.¹⁸ O monstro apresenta-se como o ‘outro’, não o outro em geral, mas o hostil e o perigoso contra mim, também como o meu duplo. A não familiaridade é a diferença que brota dentro da familiaridade, o monstruoso, o horror, as diferenças. O selvagem é continuamente estigmatizado como hostil e perigoso, porque difere do comportamento instituído; hostilidade do outro em contraposição à falsa hospitalidade do domesticado. ¹⁹ Não só a monstrificação do outro, mas para os suprematistas, fascistas o

¹⁵ HEIDEGGER, Martin. *Carta ao humanismo*. São Paulo: Editora Centauro. 2005. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

¹⁶ Op. cit.; p.14.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979. P. 140

¹⁸ Michel Foucault tratou extensamente desse tema em seu livro *Los anormales*. México: Fondo de Cultura Económica. 2007.

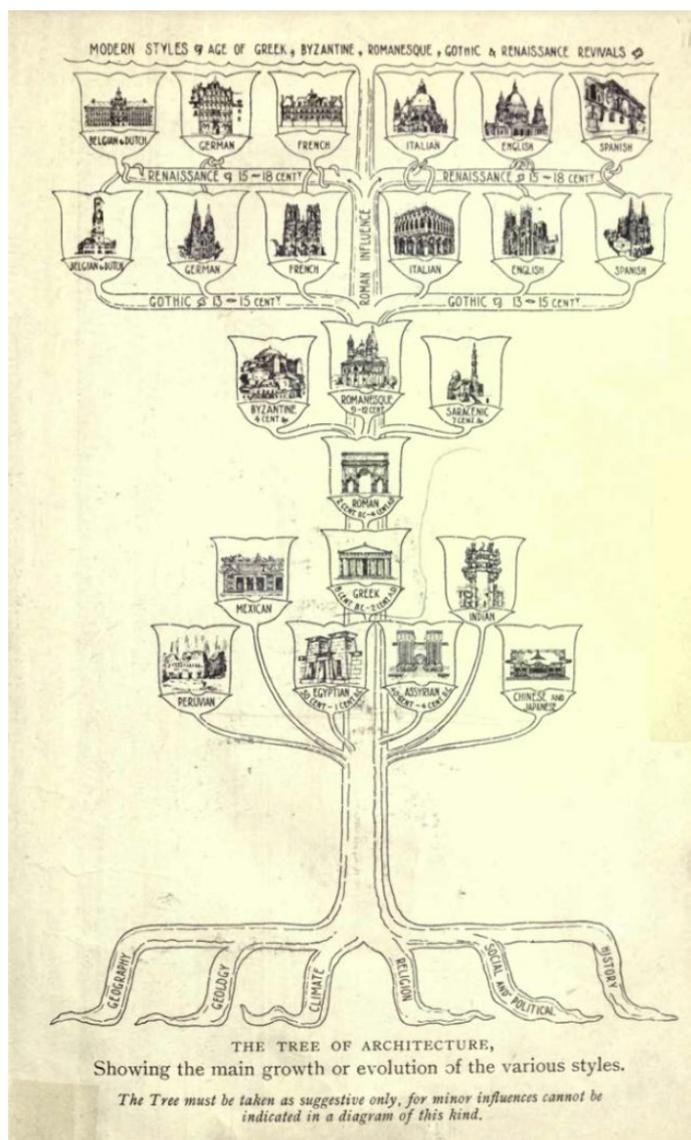
¹⁹ HERRA RODRIGUEZ, Rafael Ángel, *Lo monstruoso y lo bello*. São José, Costa Rica: Editora UCR. 2015. P. 10.

sangue do civilizado é distinto do selvagem numa escala evolucionária e evolucionista. A questão evolucionária da arquitetura e do sangue puro exprime-se na árvore genealógica da arquitetura. Com certa frequência encontramos nos livros de história da arquitetura a árvore genealógica da arquitetura ocidental com suas raízes e troncos nas arquiteturas egípcia, grega ou mesopotâmica, circulando a seiva branca até os galhos da modernidade.²⁰

A “Árvore da Arquitetura” de Banister Fletcher é um exemplo disso, publicada em 1896, mostra através de um diagrama esquemático semelhante a uma árvore genealógica familiar, na qual Fletcher identificou como os ramos do estilo arquitetônico, começando lá na base com cinco períodos (peruano, egípcio, grego, assírio, chinês e japonês) e culminando no estilo americano moderno. Fletcher sugeria uma evolução intercultural e histórica nacionalistas de estilos arquitetônicos através de uma série de ramos sucessivos, alguns dos quais terminam antes do período moderno, incluindo mexicano e indiano, enquanto outras linhagens podem ser traçadas através de várias gerações até o ápice final do estilo moderno.

Podemos observar o mito do darwinismo arquitetônico também na proposição do Abade Laugier, *Essay on Architecture* publicado em 1753, remetendo a origem dos tipos arquitetônicos à cabana primitiva, à tenda árabe, entre outros.

O mais curioso é que, ironicamente, o fim da família, dessa família mononuclear que se dissolve, coincide com o discurso da familiarização-desfamiliarização como conduta estética e ética, como forma de ver e analisar os espaços, a arquitetura, a cidade e o mundo. Essa coincidência não é por acaso. Esse sintoma deve ser visto tanto como tentativa de recompor, primeiro, essa familiaridade clássica e, a seguir, resgatar



“Árvore da Arquitetura” de Banister Fletcher. 1896.
 Fonte da ilustração: FLETCHER, Banister, 1833–1899; FLETCHER, Banister, Sir, 1866–1953. Uma história da arquitetura no método comparativo. Londres: Editora Batsford. 1905

²⁰ “A Árvore da Arquitetura” de Banister Fletcher, foi inicialmente publicada como um frontispício na primeira edição de *A History of Architecture on the Comparative Method for the Student, Craftsman, and Amateur* de Fletcher em 1896, o esquema foi reproduzido em cada edição subsequente da publicação. FLETCHER, Banister, 1833–1899; FLETCHER, Banister, Sir, 1866–1953. *Uma história da arquitetura no método comparativo*. Londres: Editora Batsford. 1905

a domesticação praticada pela própria família, agora destroçada, fragmentada. Assim como aponta a aceitação da desfamiliarização, ainda que em constante movimento à individualização familiar, provoca desamparo e angústia existencial.

O habitual é vivenciado como bonito e belo, a base existencial da estética do patriotismo e do conservadorismo. O conceito de beleza é um conceito civilizatório. O inabitual é percebido e vivenciado como terrível e feio. Essa orientação também se aplica aos corpos, o domesticado é vivenciado como bonito, limpo, bondoso, bem composto, tem compostura, é alinhado, regrado, modulado, reto e retilíneo, adequado, digamos: bonito. O selvagem, o sinistro é todo o oposto, ele é bestial, feio, sujo e malvado, sua conduta não corresponde aos fatos, tudo que ele produz é desprovido de senso estético, justamente porque não o possui, justamente porque não foi educado para perceber o belo. Em seu oposto o domesticado, o civilizado tem que produzir, inventar e reinventar o conceito de beleza constantemente, principalmente a partir do século XVIII, porque não encontra beleza naquilo que é ainda selvagem, bruto, como atesta a História da arte e da arquitetura, precisará a estética da negatividade para tentar suprir essa falha, mesmo assim ainda categorizada como estética.

Unheimlich é algo mesmo inquietante, provoca um terror atroz, sentir-se *unheimlich* é sentir-se incomodado, fora da zona de conforto, fora do cômodo (o recinto da casa). O sentido de *unheimlich* em alguns casos assemelha-se a um sintoma; brotam a raiva e a ira e os instintos mais perversos; onde o observador se confronta com o selvagem, o não domesticado, o não familiar dentro e fora dele. Ou seja, em outras palavras se depara consigo mesmo e a insuportabilidade de se reconhecer enquanto produto, objeto de um processo de domesticação na maioria das vezes pela própria família; é a experiência de se ver se vendo.

O familiar, o doméstico, o habitual, o hábito, o habituado, o costume²¹, a *heimlich* – todas são expressões que compõem a servidão. Uma das raízes de servidão voluntária que La Boétie talvez não conseguisse ver, naquela época em seu *Tratado da servidão voluntária*²² escrito em 1500. Se existe o familiar, o domesticado, então em que consistiria o não familiar, a *unheimlich*? E porque também Freud e Derrida não conseguiram associar a família greco-romana diretamente a um processo de servidão e doma? O não familiar corresponderia então ao não servil? Não servente, ao inservente e ao insurgente? A desfamiliarização corresponderia então à libertação da domesticação, a improdutividade em termos capitalistas? um retorno ao estado selvagem,

²¹ Hábito aqui não é entendido como sentido de hábito em Norbert Elias, ou em Bourdieu ou em Agamben, mas simplesmente como habituado, habitação, domus, sinônimo de domesticação, hábito como processo repetitivo onde não se produz reação contra, apenas sua repetição. Tanto em Elias e Bourdieu, “ambos reconhecem a noção de *habitus*, mas não lhe atribuem o mesmo lugar na análise. Bourdieu desconsidera a contingência histórica – diferentemente de Elias, cujo objeto é claramente histórico, genético; o *habitus*, por ser ‘estrutura estruturante e estruturada’ para Bourdieu, faz com que nele se conceda um papel, senão ausente, meramente marginal à historicidade. Norbert Elias trabalha uma teoria da civilização; uma vez estabelecido e descrito o processo, a pergunta que se coloca é: por que o *habitus* evolui e se transforma? A orientação da sua sociologia é claramente genética: compreender e explicar a gênese do *habitus* humano. Para Bourdieu, ao contrário, não se trata de explicar o *habitus*. Mais precisamente, seu objetivo é, uma vez identificado, explicar a imutabilidade das estruturas sociais, e mais ainda a lógica, o ‘senso prático’ das ações que concernem a tal imutabilidade; assim os dois autores se referem a quadros de análise próximos, mas para fins opostos: Bourdieu privilegia as estruturas sociais, dando ênfase ao campo e marginalizando as contingências históricas. Ao contrário, Elias se interessa pela gênese do *habitus* e as razões de sua evolução.” MARCHI JUNIOR, W. (2015). *A teoria do jogo de Norbert Elias e as interdependências sociais: um exercício de aproximação e envolvimento*. Conexões, 1(1), 101–113. <https://doi.org/10.20396/conex.v1i1.8640810>

²² BOÉTIE, Étienne de la. *Discurso sobre a servidão voluntária*. eBookLibris. L.C.C. Publicações Eletrônicas www.culturabrasil.org. 2006.

à desopressão? Obviamente que não, o *unheimlich* não dá conta de todos esses aspectos, a idéia de não familiar retrata uma questão ética e estética e de orientação-desorientação segundo Freud em A inquietante estranheza²³; e a domesticação, corresponde a um processo primeiramente de dominação e opressão do domesticador sobre os corpos dos sujeitos através de castigos, punições, desconfortos, medo e terror constante; ainda que hoje mais subliminarmente.

Esse ser outro distinto, diferente, nomeado como ‘selvagem’, ‘inventado’ como selvagem foi necessário para alicerçar a casa discursiva do civil (burguesia), do civilizado. O processo civilizatório fez de tudo para apagar esse selvagem que temos dentro de nós, desde sua aparência até seus pensamentos mais *intimus*. Esse pensamento mais *intimus*, para nós os civilizados, se apresenta como um fantasma terrorífico e diabólico, mas, na realidade, é apenas uma construção do imaginário domesticado que se entranha nos porões de nossas mentes. Na base desse pensamento reside também a fratura entre civis e militares, até a identidade deles é diferenciada porque os militares são mais domesticados, mais obedientes que os civis. Eles são produtores de domesticação, o serviço militar antanho servia para domesticar os jovens rebeldes que a família não conseguia mais domar.

O SELVAGEM E A JAULA

Os civilizados, no caso os europeus sempre se serviram da demonstração e da exibição dos selvagens como corpos exóticos para seus bizarros fins civilizatórios. A exibição dos ditos espécimes selvagens, indígenas trazidos à força das colônias e expostos em jaulas, cercados, foi uma constante nas Exposições Universais do século XIX: Londres em 1851, em Paris a torre Eiffel em 1889, até a últi-

ma em 1952 em Bruxelas. Todas se vangloriavam de sua civilidade e da alta tecnologia colocadas lado a lado em contraste a seus opostos: os selvagens. Isso os livros de história da arquitetura e da cidade não nos contaram. Mediante a presença física deles exposta em sua nudez natural, as pessoas acreditavam na existência do ‘selvagem’, já não era porque leram teorias sobre a desigualdade das raças, como as do escritor Arthur de Gobineau, mas porque os tinham visto de fato. Foi a partir daí que surgiram as correntes de pensamento que dominariam o Ocidente e percorreriam todo o século XIX e XX: as ideias que sustentariam o eugenismo, o colonialismo, a dominação e a superioridade ocidentais.

A manutenção do selvagem em seu estado natural (natureza) sempre foi necessária para demonstrar o evolucionismo dos europeus, as espécies evolucionárias colocadas na remota linha do tempo, ao ponto de dissecarem alguns negros como se dissecavam animais de caça para museus, como foi o caso da africana Saartjie Bartmann, batizada como a Vênus de *Hotentote*. O corpo de Baartman foi usado para definir uma fronteira entre a mulher africana “anormal” e a mulher branca “normal”. O fato de que ela tinha nádegas protuberantes a fez ser considerada como uma “mulher selvagem”. Suas “anomalias”, como Georges Cuvier mencionava, faziam ela se parecer com tudo, menos com uma mulher branca. Após sua morte, o corpo de Baartman foi enviado para o laboratório de George Cuvier, no Museu Nacional de História Natural, para exames. Cuvier queria analisar seus genitais para testar sua teoria de que quanto mais ‘primitivo’ era o mamífero, mais acentuados seriam seus órgãos sexuais e desejo sexual. O mesmo passaria com os homens negros. Com a permissão da polícia, Cuvier, que acumulou a maior coleção do mundo de espécimes humanos e animais, realizou uma autópsia no corpo de Baartman. Primeiro, ele fez um molde do corpo, depois

²³ FREUD, Sigmund. *O sentimento de algo ameaçadoramente estranho*. Em: *Textos essenciais sobre literatura, arte e psicanálise*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda. 1992.

preservou o cérebro e genitais.

E segue até hoje a produção e exaltação capitalista de corpos selvagens, hoje são os moradores de rua, os sem teto como espécimes que não conseguem acompanhar a civilização e capitalismo, os deficientes físicos e mentais, não produtivos. Referente à população em situação de rua é frequente portarem os antigos estigmas dos povos indígenas: selvagens, não gostam de trabalhar, se entregam facilmente às drogas e ao álcool, não consegue manter um lar, uma casa, uma família. Efetivamente, ainda há muito a ser estudado sobre o aspecto dos que estão fora do *pater familia*, do 'patriagado' e do Estado.

Rever a noção de domesticação torna-se, assim, uma forma de crítica da modernidade, justamente porque a distinção humano/animal caracteriza-se como um aspecto gerado por este pensamento. Modernidade é domesticação. Nunca poderia existir modernidade sem colonização – a captação de recurso, exploração e extração de recursos naturais que enriqueciam a Europa –, sem o escravagismo e a servidão dos povos colonizados da América e da África. Na arquitetura, é demonstrável o caráter evolucionista da arquitetura com a formação do próprio humanismo; aliás a própria palavra 'carácter' tem seu correspondente nas teorias evolucionistas e eugenistas do fisiologismo como comprovação de um estado civilizatório. Processo esse que partiria das cavernas, ou da tenda primitiva, passaria pelo palacete burguês, até atingir o arranha-céu como expoente da civilidade e disciplinaridade. Para os que acreditam na criação divina ou no mito do darwinismo, tudo que vive no mundo da matéria explica-se pelos antecedentes imediatos até os mais longínquos. A essência do vivente está por assim dizer no germe, em sua raiz; uma forma é pré-determinada por uma anterior, isto é o que podemos chamar de determinismo arquitetônico como é praticado tanto na história e teoria da arquitetura como em nas disciplinas de Projeto arquitetônico através dos referenciais domesticantes.

A primeira conclusão ainda que antecipada pela rasgadura do véu da domesticação é que o homem não

mora na casa, nunca morou. A casa, o *du homo*, do homem é uma falsa ilusão que percorre toda a fabulação da humanidade desde a Antiguidade até a atualidade. A casa sempre foi o lugar da domesticação, da criação e da invenção da família e das construções de gênero, dentro dela. A história da habitação humana e dos abrigos está toda falseada pelo sólido conceito da casa sedentária. Qualquer análise da morada humana tem que passar por uma análise e um processo contra domesticação, sem medo e pré-conceitos; incluso já de entrada na própria palavra, casa, casamento que se vinculam. Em culturas ditas primitivas os indígenas possuem outras palavras para designar essas construções que chamamos de casa, mas, elas têm nomes e principalmente sentidos bastantes distintos (*Tekoa, shobono, maloka, oca* ...) e que não tem correspondência exata com a palavra casa para os civilizados.

Paradoxalmente, o homem é um ser destituído de casa, encontra abrigo e sentido na natureza, a natureza ensina-o a abrigar-se, seu sentido e não ter sentido, mas, ao ter abrigo, acolhimento, ele também utilizará a metáfora do abrigo e da morada para pensar a si. Outro dado lançado: agora no plano não visível, mas metafórico e físico simultaneamente, o homem mora no outro, um mora no outro, num convívio, numa coabitação, como as culturas ditas primitivas e as tentativas de retornar esses padrões. Não há um espaço realmente necessário da casa e morada, não há um vazio entre os seres. Para passar de um lugar a outro, necessariamente cruzamos entre os seres, passamos dentro dos seres, e até devoramos seres, animais, numa longa e estranha caminhada cheia de contradições, numa constante vivência entre humanos soberanos e animais.

FAMILIARIDADE E ANIMALIDADE

Os clérigos vagantes, os franciscanos, franciscanis, vagavam acompanhados de seus cães (canis) lado a lado em suas pregações e peregrinações pelas cidades; eram como cães sem casa, sem domus. Se há uma verdade no domus é que o domus nunca viveu sem os animais, a animalidade pa-

rece ser indispensável para a familiaridade tanto como companhia, acolhimento; como para a posterior devoração.

Robinson Crusó é um belo exemplo da construção familiar constituída a base da doma de animais e os ditos ‘não humanos’ no século XVII. Seu abrigo-casa, seu *domus* para que se tornasse uma casa de fato foi necessário domesticar um papagaio, cortar suas asas; agregar dois gatos e um cachorro, e muitas cabras para constituir o embrião de sua família como ele mesmo dizia, e assim não morrer de desespero em sua solidão. Então, a família não precisa necessariamente de outros, digamos: humanos. Entretanto, será com a chegada de Sexta-Feira que a casa se tornara mais casa, e definitivamente será uma *famulus*, agora com seus escravos obedientes, embora ainda uma besta por ser canibal. Crusó não cessará de domesticar Sexta-Feira para que perca seu hábito canibal, prendia-o todas as noites numa cela improvisada com medo de ser devorado. Parece estranho a situação familiar de Crusó, mas não é. Crusó retrata bem o que hoje poderíamos ainda designar como a célula mínima agonizante de uma família, constituída por um solteiro, solteira, viúva ou viúvo, e seus animais de estimação que lhe acompanham em sua solidão.

O magnífico filme *Umberto D* de Vittorio de Sica é um retrato dessa situação já na década de 50-60. Obvio, há certamente um componente na origem da família que está imbricado com a solidão e a necessidade de retenção, de aprisionamento do outro para acompanhar e se acostumar ao Dom, para formar a casa, o casamento. Todo sujeito domesticado é objeto de desejo, sujeito necessário ao domesticador, estabelecendo um vínculo de dependência entre um e outro, tal qual tratou de demonstrar Derrida em *a Besta e o Soberano*. Talvez a família, os clãs, e até

os enxames estejam encobertos por esse manto, a justificativa do amor para se proteger de sua própria solidão, entretanto, isso não significa domesticação.

A família não é tão sólida assim: ao contrário, ela é super frágil. Sua sobrevivência necessita ser alimentada constantemente, trabalho ritualizado hoje pelas mídias. Quanto menor mais fácil para domesticar por parte agora do Estado e seus aliados. Por isso, a necessidade de se estar reforçando-a continuamente, inclusive agregando novas formas de familiaridade para que não se extinga, ela é juntamente com seu *domus* a própria base da domesticação; mas hoje paradoxalmente ainda uma forma de resistência à domesticação totalitária do Estado.

O encadeamento entre *construir, habitar e pensar*²⁴ foi proposto por Heidegger, mas já em si como um habitante sedentário, domesticado, onde também não se pode excluir sua ideia da ‘quadratura’. Hoje, novas formas de famílias já não são compostas necessariamente de mãe, pai e filho. Há novos ‘casais’, desde a revolução sexual surgiram com mais intensidade pais e mães homossexuais, lares adotivos, avós que cuidam dos netos, tios de sobrinhos, irmãos de irmãs, adoções; há uma infinidade de novos lares, novas formas de família e familiaridade. Mas, a resultante é que todas se pretendem ainda família, até famílias que não vivem sobre um mesmo teto, vivendo individualmente, famílias sem *domus*, ou famílias com muitos *domi*.

Essa família resistente, mesmo reformada ainda deseja manter-se como família enquanto nomeação para sua existência e perpetuação. Família que já não parece nada familiar ao olhar familiar domesticado, mas teima de ser chamada de família em todas as suas novas formas agregativas. Então, não seria o caso em vez de pensar em sua perpétua no-

²⁴ HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. 1954. *Bauen, Wohnen, Denken*. 1951 conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf.

meação, mesmo já partida, cisada; não seria melhor seu desaparecimento enquanto nomeação (família) e dar passo a novas nomeações? Ao acolhimento de novos conceitos que estão por vir? Por outro lado, devo pensar e não negligenciar essa retomada de reafirmação que busca amparar o desamparo de uma familiaridade irremediavelmente perdida frente ao desamparo do mundo atual, em que as coisas e os seres subitamente se tornam desfamiliares, irreconhecíveis entre si mesmos, tornando tudo estranho, demasiado estranho. Um discurso que busca desesperadamente aceitar nesse estranho familiar, no *unheimlich*, ainda alguma coisa de familiar ainda que por oposição para que possamos nos reconhecer, tal como nos limites e nas bordas de um e de outro, nas bordas de um tempo, no espelhamento das diferenças do outro e do eu.



Figura 2. Cellulares Collage. Fernando Fuão. 2019.

O historiador Philippe Ariés foi um forte defensor da família e dos binários, em seus trabalhos dedicados

a investigação da família, principalmente na *História da vida privada*, organizado junto com Georges Duby. Duby, narra que numa anotação de Philippe Ariés, num dos documentos de trabalho que ele encontrou e nos deixou como legado, escreveu: “Não vê se estiolarem, entre o lar e o local de trabalho, os espaços intermediários da sociabilidade privada? Não assiste a rápida e perturbadora eliminação da diferença entre masculino e feminino, que a história nos mostra fortemente ancorada na distinção entre o exterior e o interior, entre o público e o privado? Não percebe que hoje em dia é urgente procurar salvaguardar a própria essência da pessoa, pois, demolindo as últimas muralhas da vida privada, o fulgurante progresso técnico desenvolve essas formas de controle estatal que, se não tomarmos cuidado, logo reduzirão o indivíduo a um número no meio de um imenso e aterrador banco de dados?”²⁵

Ariés Philippe em seu outro reconhecido livro, *História social da criança e da família* (1975)²⁶ desenvolveu uma historiografia das modificações da família e seu entendimento desde a Idade Média até a modernidade através da infância. Ariés atribui a grande mudança ocorrida na estrutura familiar, principalmente burguesa, ao século XVIII, à educação; ou seja, quando da retirada dos filhos de dentro da casa para os internatos e seus regimes disciplinares. Segundo ele, a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. A criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente através do contato com eles. Foi mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. “Essa quarentena foi a *escolato*, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização.”²⁷

²⁵ DUBY, Georges; ARIÉS, Philippe. *História da vida privada 1. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 5.

²⁶ ARIÉS Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1978. Tradução de Dora Flaksman.

²⁷ Op. cit.; p. 11.

Essa separação das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralizar e civilizar os homens na base de sua existência; de substituir a antiga domesticação das crianças, outrora sob a guarda e abrigo da família, para a Igreja e ao Estado. Esse processo seria em grande parte promovido pelos reformadores católicos e protestantes ligados à Igreja ou ao Estado. “A família tornara-se o lugar de uma amorosidade necessária entre os cônjuges, e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu, sobretudo, através da importância que se passou a atribuir à educação.”²⁸

A casa é de fato um dos primeiros lugares de domesticação também da sexualidade, da construção do binarismo, masculino x feminino. Para o filho homem à cor azul no quarto, seus brinquedos: o carrinho, a arma, o vídeo game de lutas e guerras; à menina a cor rosa e flores para o quarto; seus brinquedos: as bonecas, e manequins. Foucault, na *História da sexualidade 1*, apontou muito bem que a célula familiar, como foi valorizada de tal forma durante o século XVIII, permitiu que o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos desenvolvessem os principais elementos do dispositivo de sexualidade (o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, sem dúvida, a especificação dos perversos). Para Foucault, não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como uma estrutura social, econômica e política de aliança; o anel é o símbolo disso; e que se exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie. Seu papel, ao contrário, é de fixá-la e constituir seu suporte permanente. Ela garante a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo que sejam atravessados por uma nova tática de poder que até então eles ignoravam. A família através da aliança, dos anéis seria o permutador da sexualidade, ou

seja: transportaria a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. Essa fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade, segundo Foucault se tornou, a partir do século XVIII, o lugar obrigatório dos afetos, de sentimentos, de amor. A casa, essa nova família, tornar-se-ia o lugar privilegiado e privado da constituição da sexualidade, ditada pelo Estado.²⁹

MANUAIS E TRATADOS DA FAMÍLIA E DA ARQUITETURA

A família nesse período da formação da modernidade se viu cercada por todos os lados, não somente pela Igreja e pelas Monarquias e Estado, mas também pelos famosos *Manuais de civilização*, em outras palavras também ‘Manuais domesticantes’. O primeiro manual de civilidade foi o de Erasmo, *A civilidade pueril*³⁰ (1530) que fundou o gênero. Todos os manuais posteriores, e houve muitos, nele se inspiraram ou imitaram. Os nomes mais notáveis talvez sejam os de Cordier, Antoine de Courtin e, finalmente. O mais conhecido foi o de Jean-Baptiste de La Salte, *Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne* que seria reeditadas infinitas vezes no século XVIII, e até mesmo no início do século XIX.

Os tratados de civilidade não eram livros escolares, mas supriam uma necessidade de educação mais rigorosa e circulavam entre as famílias. Segundo Ariés, “embora estranho à escola, e transmitindo regras de conduta não escolares e mal escolarizáveis, o manual de civilidade foi associado ao ensino das crianças pequenas, em suas primeiras lições de leitura e escrita. Aprendia-se a ler e a escrever nesses manuais de civilidade. No entanto, esses livros não

²⁸ Op. cit.; p. 11. “A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato”. Op. Cit.; p. 279.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979. P.14

³⁰ ERASMO. *A Civilidade Pueril*. (Tradução de Fernando Guerreiro). Lisboa: Editora Estampa, 1978.

se destinavam apenas às crianças, o Manual de Antoine de Courtin, dirigia-se não apenas às pessoas que têm filhos, mas também àquelas que, embora de idade avançada, não foram contudo instruídas na polidez e na decência o suficiente para poder observá-las em sociedade.”³¹

A idéia dos manuais civilizatórios chegou até o século XX na família mononuclear moderna. A título de exemplo, na década de 1950 até os anos 80, a coleção *Readers Digest*, fundada em 1922, uma revista familiar americana, cumpriu com esse papel de educar e orientar as famílias, principalmente as americanas depois da Segunda Guerra Mundial para o mundo. Elas mostrariam de uma maneira ilustrada como cuidar e educar dos filhos, solucionar problemas domésticos de toda espécie, apresentavam contos, piadas, e eram publicadas mensalmente como doses domesticantes para fortalecer a família americana. Por muitos anos, a *Reader's Digest* foi a revista de consumo mais vendida nos Estados Unidos, juntamente com a *Better Homes and Gardens* (Casa e jardim). Seu sucesso alcançou mais 40 milhões de pessoas em mais de 70 países, por meio de 49 edições em 21 idiomas. Reside aí o fato negligenciado pela maioria dos arquitetos que a revista ‘Casa e Jardim’ como todas as outras revistas de decoração familiar seguem até hoje, sugerindo modos de morar padronizados, ditados pela moda da classe alta, copiados pela classe média, precipitando-se como fantasia na classe média baixa, num apanhado de pequenas soluções decorativas até com resíduos de reaproveitamento, do tipo ‘faça você mesmo’. E, talvez o mais dramático para a profissão as revistas especializadas que nos chegaram até hoje (*Architectural Review, Domus, L'Architecture d'Aujourd'hui,...*) de uma forma digital e online, domesticação *on line*.

Hoje, os antigos manuais civilizatórios se apresentam nas centenas de revistas principalmente ende-

reçadas ao público feminino (Vogue, Claudia, Marie Claire...), como amamentar os filhos, o bem vestir através da moda, os problemas de saúde da mulher, os aspectos emocionais, a alimentação saudável, as práticas de exercício, tudo regado a propagandas. É curioso fazer essa comparação entre os tempos, através das descrições de Ariés, porque instigam a pensar que nada mudou muito, apenas na aparência.

A potência desses antigos manuais chegou até a América do Sul pelos colonizadores jesuítas junto com a *Bíblia* para implantar esse modelo de educação também aos indígenas nativos; civilizá-los, colocá-los nos costumes.³² Onde, havia um barco havia no mínimo uma Bíblia. Um desses manuais, *Galatée*, teve um público extraordinário durante a primeira metade do século XVII. Segundo Ariés, os jesuítas o haviam adotado: uma edição de 1617 foi especialmente dedicada aos internos da Companhia de Jesus em *La Flèche*, e aos internos do colégio da mesma Companhia em *Pont-a-Mousson*.³³ Esses manuais eram predominantemente comportamentais, docilizantes, domesticantes, e os jesuítas ensinavam os indígenas como comer à mesa, vestir-se, entre outros hábitos e costumes a serem apreendidos a força e castigo, universalmente. Eles coincidem também temporalmente com a *Lógica de Port Royal* e a unificação e uniformização das línguas, gramatização do falar e do pensar, como bem demonstrou Michel Foucault em *As palavras e as coisas*.³⁴

O período entre o Século XVII e XIX será marcado também por uma produção teórica da arquitetura, surgindo uma série de livros e tratados que poderia ser considerados como manuais de projetar e construir; análogos e contemporâneos aos manuais civilizatórios. Todos eles destinavam-se a produzir arquiteturas ordenadas, lógicas e racionalistas, propiciavam através do uso do espaço também normas

³¹ Ariés, P. Op. cit.; p. 248.

³² A polícia no Brasil ainda na década de 60 referia-se ao prender e encaminhar o ladrão com a expressão “aos costumes”.

³³ Op. cit.; p. 249

³⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. 1981.

de conduta, comportamento adequados para o uso desses espaços. Neles, já estavam assinaladas as especializações, funcionalidades de cada recinto. Apresentavam uma linguagem clara e direta, mediante plantas e fachadas elaboradas sobre a base reticulada de Alberti oriunda do Renascimento.

Mediante essas plantas, eles reproduziam e produziam novos conceitos de morar e principalmente de como elaborar os espaços institucionais como: igrejas, teatros, prisões, hospitais, internatos, assim como outras edificações pertinentes a vida urbana como hotéis, palacetes e palácios, casas de campo, mansões. Isso foi o que se chamou a ‘arquitetura da ilustração’, do iluminismo ou dos Enciclopedistas da arquitetura.

Também, denominada ‘arquitetura autônoma’, porque se tratava de uma gramática compositiva, uma retórica similar à questão da linguagem, onde toda a questão social e política era deixada de lado. Embora os tratados de arquitetura já remontassem a Vitruvius e Alberti, esses novos tratados – por volta de 1750 – vão retomar todos os princípios clássicos de modulação, repetição, ordenamento e ordens de colunas, mas agora aplicados a um rigoroso esquadramento do espaço. E, é incrível, chegaram até na base dos espaços do modernismo. A simetria e assimetria, por exemplo, terá seu destaque como símbolo de beleza e compostura, principalmente para as elites. Esses tratados tiveram uma forte influência na arquitetura das Belas Artes do século XIX.

As teorias de Marc-Antoine Laugier (1713-1769), conhecido na área da arquitetura como o Abade Laugier, estão na base dos arquitetos do iluminismo: Boullée, Ledoux, Lequeu, e Jacques Blondel. Laugier foi jesuíta, e um dos primeiros teóricos e escreveu o famoso *Essay on Architecture* publicado em 1753, e teve grande repercussão. Em 1755 publica a segunda edição com uma ilustração famosa, muitas vezes reproduzida, de uma cabana primitiva. De cunho notadamente evolucionista, ele apresentava a cabana primitiva e selvagem como uma das origens da arquitetura cujo coroamento se daria com a arquite-

tura do século das Luzes, o século dos déspotas esclarecidos, e Soberanos. É o período da colonização e do mercantilismo, também do capitalismo e auge do escravagismo.

Ledoux publicaria seu célebre *L’architecture* em 1803, apontando para um caminho domesticante de regras e ordenações que se seguiria até o século XIX. Ainda no mesmo ano Dubut publica o Tratado de *Architecture civile*; e Jean-Nicolas-Louis Durand, aluno de Boullée, publicaria sua famosa *Précis des leçons d’architecture données à l’École royale polytechnique* em 1809. Quatremère de Quincy, outro teórico francês de arquitetura, publica em 1832 o *Dictionnaire historique de l’architecture* em 1832; e Leonce Reynaud o *Tratado de Arquitetura*, em 1850. A força desses tratados foi tão intensa que chegaram até o século XX, revividos intensamente na teoria da pós-modernidade da arquitetura no período compreendido entre 1975 até o final do século XX. Arquitetos e teóricos sustentavam suas teorias e práticas no estudo conservador das ‘tipologias arquitetônicas’ e do ‘caráter’ em arquitetura desenvolvidas anteriormente, principalmente nas figuras de Durand e Quatremère de Quincy. Entre os arquitetos pós-modernos que reviveram esses tratados estavam, Aldo Rossi, Rafael Moneo, Vittorio Gregotti, Leo e Rob Krier, Colin Rowe. A tese de Peter Eisenmann, um dos expoentes da desconstrução, por exemplo, também estava baseada no estudo das tipologias comparadas, onde demonstrou seu interesse pelas diferenças e não pelas semelhanças.

A CAMA

Há muita coisa ainda ser revirada dentro da casa e da família, tal como o dormitório. Philippe Ariés vai desenvolver na *História social da criança e da família*, uma análise reveladora do dormitório através da cama, ao longo da história, para relacionar os hábitos familiares e o espaço da casa; e a correspondente domesticação do espaço familiar. Para nossa concepção domesticada, é difícil de imaginar, principalmente para os arquitetos que

só conhecem uma história da arquitetura tendenciosa e primária, domesticados até às entranhas para serem intermediários desse processo. Importante lembrar que até então, século XVII, não havia uma funcionalidade rígida dos espaços dentro do lar familiar. O processo de especialização e compartimentação do espaço da casa aparecem com o positivismo e o império das classificações e a taxidermia desde animais até humanos.

Ariés vai explicar, numa longa passagem, que nas mesmas salas onde se comia, também se dormia, se dançava, se trabalhava e se recebiam visitas. Não havia uma especialização das funções até o século XVIII. As camas durante muito tempo foram desmontáveis, elas iam de um lado para outro da casa conforme as necessidades do tempo e as circunstâncias. Recebiam-se convidados na cama; em várias gravuras e até quadros segundo Ariés, a cama estava presente numa sala ou mesmo junto à cozinha. Não era um modo de vida somente peculiar aos pobres a cama estar num só ambiente por falta de espaço. A realeza era também adepta dessa prática, reis e rainhas deslocavam suas camas para colocá-las junto a outras camas no mesmo quarto das pessoas que queriam estar juntas.

Sem dúvida, a transformação da cama desmontável num móvel permanente marcou um progresso de intimidade. O que se observa é que, nesse processo, a cama constitui um espaço, um ambiente, um lugar de muitos acontecimentos, onde os casais faziam amor, onde a mãe dava à luz, onde morriam os

velhos, onde se dormia, onde se recebiam amigos, até onde se comia, onde meditavam os solitários e, sobretudo, se morria. Contudo, o cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir, continuava a ser um lugar público. Nos ambientes burgueses era comum colocarem cortinas em torno da cama, cortinas que se abriam ou fechavam à vontade para defender a intimidade de seus ocupantes, a cama de dossel, privilégio para os nobres e a burguesia. Outro dado que nos apresenta Ariés é que raramente as pessoas dormiam sozinhas: dormia-se com a própria mulher, mas também com outras pessoas do mesmo sexo, sem necessariamente ter uma relação. E, como a cama era independente do quarto em que ficava e constituía por si só um pequeno reduto, podia haver muitas camas num mesmo cômodo, em geral localizadas nos seus quatro cantos.³⁵

Pode-se afirmar, corroborando com Ariés que, quando o corredor é introduzido mais fortemente na organização dos espaços, ele vai permitir a individualização desses cômodos, acarretando uma política de administração e separação dos corpos, e da sexualidade. Antes de acontecer a especialização dos espaços, as pessoas viviam nessas salas, nesses espaços sem definição rígida de usos, e onde era impossível se isolar. Segundo Ariés, “era preciso atravessar cômodo por cômodo para chegar aos outros cômodos, onde dormiam vários casais ou vários grupos de meninos ou meninas (sem contar os servidores, que, ao menos alguns, que deviam dormir perto dos patrões e armar as camas ainda desmontáveis dentro do quarto, ou atrás da porta). Esses espaços eram tam-

³⁵ As gravuras mostram-nos a cama ao lado de um aparador equipado com uma baixela de metal trabalhado ou no canto da sala onde as pessoas estão comendo. Um quadro de P. Codde de 1636 representa um baile; no fundo da sala onde dançam os mascarados vê-se uma cama com as cortinas fechadas. Cabia aos pajens ou aos aprendizes armá-las quando necessário. Ainda no início do século XVII, Héroard anotava em seu diário em 12 de março de 1606: ‘Já vestido, ele (o futuro Luís XIII) ajudou a desmontar sua cama’. Ou, em 14 de março de 1606: ‘Levado aos aposentos da Rainha, foi colocado no quarto do Rei (ausente, em campanha) e ajudou a trazer a armação de sua cama sob as vistas da Rainha; Mme de Montglat mandou colocar aí também sua cama para nela dormir’. Em 8 de setembro de 1608, pouco antes da partida para Saint-Germain, ‘ele se distraiu desmontando pessoalmente sua cama, impaciente para partir’. No entanto, nessa época as camas já haviam se tornado menos móveis. Alberti, em suas lamentações sobre os ‘bons e velhos tempos, já observava: “Lembro-me, de ter visto nossos cidadãos mais notáveis, quando iam para o campo, mandarem levar suas camas e utensílios de cozinha, que traziam de volta em seu regresso.” Ariés, P. Op. cit.; p. 250

bém onde todos se reuniam para fazer as refeições, receber os amigos ou clientes, e, às vezes, até para distribuir esmolas aos mendigos.”³⁶

A partir do século XVIII a família começa a se isolar e se confinar, enclausurar mais ainda em relação à vida pública, a organização da casa passa a corresponder a uma nova preocupação de defesa contra o mundo hobbesiano. Era já a casa moderna, apresentada nos tratados de arquitetura dessa época, assegurando a independência dos cômodos, fazendo-os se abrirem para um corredor que conectava todos os espaços íntimos. Ariés lembra oportunamente que a ideia de conforto data também dessa época, ela nasce simultânea a uma moralidade burguesa de intimidade, discrição e o isolamento. Já não havia mais camas por toda a parte. A mistura, tal qual a reinante na cidade, e dentro das casas no período da peste, deveria ser desfeita, deveriam se isolar as casas, isolar as peças, e famílias de famílias. As camas, agora ficavam reservadas ao quarto de dormir, mobiliado de cada lado da alcova com armários e nichos onde se expunha um novo equipamento de toalete e de higiene, a cômoda, a bacia e a jarra. Na Inglaterra, a palavra *room* continuou a ser utilizada em todos os casos, mais foi especificada através de um prefixo: *dining-room*, *bed room* etc.

A especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente da nobreza a burguesia foi certamente uma das maiores mudanças da vida quotidiana. Correspondeu a uma necessidade nova de isolamento, modificando tudo: por exemplo, os criados não saíam mais das áreas separadas que lhes eram determinadas, ficariam restritos à cozinha, à lavanderia. Ariés relata que o famoso escritor Sébastien Mercier registrou como uma inovação o hábito das damas chamarem com campainhas as criadas e serventes. Nada poderia ser mais característico dessa nova necessidade de manter os criados à distância e de se defender contra intrusos. “no fim do século

XVII, não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir. As pessoas ou se visitavam nos dias de recepção, ou ‘enviavam-se reciprocamente cartões através dos criados’. Ninguém é visível, todos têm a decência de fechar sua porta.”³⁷

Talvez isso explique, em parte, o preconceito dos ricos e da burguesia em relação às casas dos pobres e dos miseráveis, onde a partição do espaço e a funcionalidade das peças não é atingida exatamente por motivo econômico, pelo tamanho das moradias e número de pessoas. Filhos dormiam na sala, filhos menores nos quartos dos pais etc. Ou até mesmo a colocação de uma cama próxima a um fogão, com a lenha no inverno, o quarto dentro da cozinha. A mistura entre os familiares nunca colaborou no processo de domesticação. O que nos leva a pensar que domesticação humana implica simultaneamente numa arte da domesticação espacial, que se fundamenta através da especialização do espaço, a cada um sua cama, a cada um seu quarto de dormir, seu lugar privado. E, aos mais ricos, a cada um sua latrina, sua *suite*. A mistura e sobreposição de corpos e espaços continua sendo sinônimo de incivilidade, selvageria e pobreza para as classes médias e ricas.

Domesticação quer dizer separação e individuação, esquadrinhamento do espaço e de corpos, como a perspectiva dos renascentistas organizava um novo tipo de espaço: a cada corpo sua *ratio*, seu quadrado no tabuleiro reticular da base. A mesma retícula, que servia para construir o plano de base da pintura, serviria para construir cidades e casas, receita perfeita para colonizar. Ao mesmo tempo, estabelecia referências perceptivas universais, um modo único de ver o mundo. A retícula ordenava e ainda ordena os corpos, confina-os em suas respectivas proporções de ortogonalidade, até mais: isola-os pela tênue e invisível linha dos ladrilhos, a linha das plantas dos arquitetos. A cada um seu quinhão de espaço.

³⁶ Op. cit.; p. 261-262

³⁷ Op. cit.; p. 265-266

A vida no passado até o século XVII era vivida em público, e as cerimônias tradicionais que acompanhavam o casamento eram consideradas mais importantes do que as cerimônias religiosas, como a bênção do leito nupcial, a visita dos convidados aos recém-casados já deitados, as brincadeiras durante a noite de núpcias etc.: todas eram mais uma prova do direito da sociedade sobre a intimidade do casal. Por que haveria alguma objeção, se pergunta Ariés, se na realidade já não existia quase nenhuma intimidade, as pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes?”³⁸

Cada vez é mais difícil perceber o quanto estamos velados pela domesticação. Uma vez fixada e asfixiada a cama no dormitório como prática projetual, é muito difícil ver que aplicamos o mesmo preconceito com a ‘rede’ de dormir do Nordeste e da Amazônia. A rede é a cama móvel, em qualquer lugar se pode pendurá-la onde se quiser, numa sala, numa cozinha ou mesmo numa varanda, ou embaixo de uma árvore. Para os povos do Nordeste não há necessariamente um espaço restrito para dormir. A rede ou um pequeno tatame ou colchonete representam o dormir, e não o dormitório. A isso, a cultura civilizada vê como uma persistência cultural indígena e selvagem, portanto símbolo de um processo não totalmente civilizado. O que nos leva acreditar que a rede é ainda uma forte forma de resistência à

domesticação. Imaginem colocar redes, numa sala de um hotel cinco estrelas, para os hóspedes descansarem em vez de poltronas ou sofás.

Esse preconceito em relação aos modos de dormir, modos de habitar, é relatado por Jean Baptista, em seu fabuloso *Dossiê Missões Jesuíticas. A tempestade*; ao transcrever as cartas dos jesuítas nas Missões Guaranis e de seu desespero ao enfrentar uma cultura totalmente distinta a cultura europeia do século XVII, principalmente em seu modo de morar.³⁹

“Por vezes, as moradas são de palha, tão baixas que é necessário agachar-se e muito bem para entrar pela porta, sem nenhuma outra abertura para a luz, toda cheia de fumaça, lóbrega e obscura. Não raro, ainda que de barro e palha, as casas indígenas são redondas, alargadas, de tal magnitude que às vezes uma só constitui uma aldeia” Ali dentro, reina a miséria na perspectiva jesuítica: ‘Camas não as têm, porque o mais rico e regalado possui por cama uns fios de algodão ou urtigas da terra, feitos rede, em que estão sempre de barriga pra cima, sem poder estender os pés nem se mexer de um lado a outro.’”⁴⁰

Nos registros dos padres jesuítas das Missões fica bem claro seu espanto ao observar que os índios nada possuíam, nem acumulavam, salvo alguns porongos e animais amansados. Isso literalmente os espantava, porque não era familiar. Segundo o Dossiê, em virtude dos extensos laços de parentesco,

³⁸ “A densidade social não deixava lugar para a família. Não, que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor. Assistimos ao nascimento e ao desenvolvimento desse sentimento da família desde o século XV até o século XVIII. Vimos como, até o século XVIII, ele não havia destruído a antiga sociabilidade; é verdade que ela se limitava às classes abastadas, aos homens ricos e importantes do campo ou da cidade, da aristocracia ou da burguesia, artesão ou comerciantes. Mas a partir do século XVIII, ele estendeu-se a todas as camadas e impôs-se tiranicamente às consciências. Muitas vezes apresentou-se a evolução dos últimos séculos como o triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais, entre as quais figurava a família”. Ariés, *Op. cit.*; p. 273.6

³⁹ BAPTISTA, Jean. *Dossiê Missões: Volume I: O Temporal: sociedades e espaços missionais*. Brasília: IBRAM, 2015.

⁴⁰ “Para piorar o desconforto dos jesuítas, há muitas chamas: ‘Debaixo de suas redes depositam dia e noite brasas incandescentes para esquentá-los’, impressiona-se Pedro Romero, ‘e estando ardendo em calenturas, estão assando e secando até que finalmente morrem consumidos’ (MCA: 1969, p. 73.) BAPTISTA, Jean, *op. cit.*; p. 102-103.

era tanta gente que vivia sob o mesmo teto, além de um entra e sai desvairado, que se tornava difícil aos padres identificar quem era quem. Para os jesuítas, esse conglomerado de gente propiciava a ocasião para o pecado, especialmente no que se refere aos amancebamentos.⁴¹

Baptista descreve ainda que para findar com essas e outras circunstâncias características das famílias indígenas, os padres elaboram uma de suas mais radicais ações sobre aquela sociedade. Relatou o jesuíta paraguaio Roque González em uma das primeiras experiências no início do século XVII: “resolvi construir este povoado à maneira dos povoados dos espanhóis, a fim de cada um ter sua casa com limites determinados por correspondente cerca, impedindo o fácil acesso de uma a outra, como era antes, e inevitáveis ocasiões para bebedeiras e outros crimes’. Implanta-se, assim como nos demais povoados, a reunião de uma família extensa dividida em cubículos, mas protegida pela mesma cobertura. Para separá-las, conta-se com paredes divisórias. Ali, cada casa é dividida em cinco compartimentos, onde membros de uma mesma família são separados conforme a ordem de uniões matrimoniais – cada galo em seu curral, justificava o missionário. Cardiel também tentou assegurar a excessiva concentração de indígenas nos cubículos: ‘Nela está o marido com a mulher e seus filhos, por vezes o filho moço com sua mulher, acompanhada de sua mãe. Não apenas internamente, mas também no exterior as casas indígenas missionais no século XVIII se distinguem das anteriores. Agora elas são reguladas: Todas as casas dos índios são uniformes, afirma Cardiel, ‘nem há uma mais alta que outra, nem mais larga ou comprida.’⁴²

UMA FAMÍLIA CIVILIZADA

Outro célebre historiador que se debruçou sobre a família e a civilização foi Norbert Elias. Em seu clássico livro *O processo civilizador* em dois tomos esclarece o que se entende por civilização abordando desde o ponto linguístico através de três palavras: cultura, civilização e comportamento, nas línguas francesa, alemã e inglesa. Para Elias o conceito francês e inglês de ‘civilização’ é bastante amplo e pode se referir tanto a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Enquanto o conceito alemão de ‘cultura’ se refere substancialmente a fatos espirituais, artísticos e religiosos, mostra uma tendência de traçar uma linha divisória clara entre eventos desse tipo e os políticos, econômicos e sociais. “Entretanto, o conceito francês e inglês de ‘civilização’ pode se referir a realizações, conquistas, mas também se refere à atitude, ao *behaviour*, ao comportamento dos seres humanos, independentemente se realizaram algo ou não.”⁴³

É justamente essa referência e associação que Elias faz entre ‘civilização e comportamento’ que aqui nos interessa desdobrar. Ao grafar *behaviour*, ele não está se referindo a um comportamento qualquer, mas sim a teorias comportamentalistas e deterministas, em que o homem é produto desse processo que se aplica sobre os homens. Comportamento e domesticação, ambos se consagram pelo hábito, insistência e costume e, em muitos casos, com a dor traumática; impregnação do domesticador sobre o domesticado. Opressor sobre o oprimido. Vide as teorias comportamentalistas baseadas no condicionamento clássico; procedimento pelo qual se indu-

⁴¹ Op. cit.; p. 103

⁴² BATISTA, Jean. Op. cit.; p. 106. Ainda importante é destacar um acréscimo raro no mundo colonial: essas casas dos jesuítas possuíam varandas de três metros à frente ou mais, de maneira que, quando chovia, se podia andar por todas as partes sem se molhar. Essa varanda corresponderia analogamente à conhecida função do corredor interno, com a mesma finalidade de separar e isolar os dormitórios.

⁴³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador 1. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol.1, 1994. P. 58.

zia, e ainda cruelmente se induz, reflexos ou uma resposta a um animal (e em alguns casos, a uma pessoa). Nesse sentido estavam os experimentos que Ivan Pavlov aplicava aos cães, um clássico da literatura da psicologia comportamentalista e eugênica, assim como a indução de fobia a uma criança praticada pelo casal Watson relatado em seu livro *Psychological care*. Para os comportamentalistas era possível demonstrar que a mente humana podia ser medida, observada e modificada, domesticada através desses condicionamentos.⁴⁴

Dando prosseguimento, Norbert Elias também irá introduzir a relação da palavra civilização com a palavra cultivo, com cultura, cultura como ‘-ura’, como um tratar as coisas; um cultivado e um cativo também. Fortalecendo assim a relação entre ‘civilizado’, ‘cultivado’, domesticado. Para Elias, “a palavra ‘cultivada’, culta, está muito próxima do conceito ocidental de civilização e, de certa forma, representa a forma mais elevada de ‘ser civilizado’. Há seres humanos, e até famílias, que podem ser ‘cultivados’ sem que não tenham ‘realizado’ nada do ponto de vista ‘cultural’. O mesmo que o termo ‘civilizado’, ‘cultivado’ refere-se principalmente à forma e comportamento ou aparência dos seres humanos.”⁴⁵ (...) “Civilização refere-se a um processo ou ao resultado de um processo; refere-se a algo que está sempre em movimento, algo que se move continuamente ‘para frente’.”⁴⁶

Observe-se a relação imediata que se pode desprender dessa passagem de Norbert Elias, quando associamos civilização a modernidade, Movimento Moderno, ‘sempre em movimento’; assim também como arrasta a idéia do evolucionismo, ‘sempre

para frente’, para eles sempre uma caminhada de impossível retorno. A questão civilizatória cronologicamente coincidiria com os nascimentos das nações soberanas, e como veremos posteriormente vão assinalar também o nascimento das Capitais e do Capital; onde a capital seria o *locus* da civilidade máxima. Elias bem observa que o conceito de civilização reuniria e uniria todas essas nações para além de seus territórios, como um projeto universal. “O conceito de civilização atenua até certo ponto as diferenças nacionais entre os povos e acentua o que é comum a todos os seres humanos ou do que deveria ser do ponto de vista de quem faz uso do conceito”⁴⁷, eliminando as diferenças com a força da língua e das armas.

O processo de civilização/domesticação sobre a família, e da família sobre seus membros, significa partição, afastamento, distanciamento dos membros familiares, decomposição estrutural dos hábitos vigentes ditados pela própria ordem doméstica, dos que viviam sob o *sthatemos* do *domus*. Para poder domesticar, civilizar o mundo foi preciso desconstruir a família multicelular, o clã que vivia sob um mesmo *domus*, *condominus*; foi preciso estabelecer nova ordem de separação e de economia dentro do *oikos*. Foi preciso desfazer as misturas tanto na cidade como dentro da casa. Controle, afastamento e esquadrinhação dos corpos e das casas, domesticação da população, é o que eu nomino, ironicamente, como modelo ‘anti-pestilento’, modelo esse higienista que se contrapôs com toda sua intensidade ao modelo da cidade dita ‘pestilenta’ medieval.

Na cidade medieval antes de se derrubarem as muralhas, toda a vida se dava em um conglomerado

⁴⁴ WATSON, J. B.; WATSON, R. R. *Psychological care of infant and child*. New York: Norton, 1928. O livro é composto de sete capítulos seguindo uma ordem bem formulada do conteúdo: o condicionamento e descondicionamento do medo, do amor, da ira, orientações sobre rotinas diurnas e noturnas para as crianças, educação sexual. Para Watson, ninguém sabia o suficiente para criar uma criança. Segundo Watson o mundo seria consideravelmente melhor se parássemos de ter filhos por vinte anos (exceto aqueles criados com propósitos experimentais) e começássemos novamente com fatos suficientes para se fazer o trabalho com algum grau de habilidade e precisão.

⁴⁵ Op. cit.; p. 58

⁴⁶ Op. cit.; p. 58

⁴⁷ Op. cit.; p. 58

único, numa maçaroca, um corpo sulcado por pequenas ruas, rugas, similarmente a estrutura espacial vernácula das favelas e vilas, das cidades árabes, e as favelas do Rio de Janeiro. Enfim, das cidades vernaculares, das cidades construídas sem arquitetos. Até o início do período da peste, como descreveu Foucault em *Vigiar e Punir*⁴⁸ estava a mistura reinante das proximidades e contatos, entre as diversas classes econômicas e sociais dentro da cidade medieval do final do século XVIII, pobres e ricos conviviam quase lado a lado, com baixíssimo grau de afastamento entre eles. *A cidade pestilenta*⁴⁹, demonstra esse longo esforço dos homens soberanos para domesticar os demais homens; separando uns dos outros, regularizando inicialmente através das quadras, posteriormente na modernidade com a ideia de blocos e edifícios afastados uns dos outros, separando os civilizados dos selvagens, os ricos e a burguesia da pobreza, mediante o higienismo.

Prosegue Ariés, “apesar de seus contrastes estridentes, essa miscelânea não surpreendia ninguém: ela pertencia à diversidade do mundo, que devia ser aceita como um dado natural. Um homem ou uma mulher bem-nascidos não viam nenhum problema em visitar vestidos com seus trajes suntuosos os miseráveis das prisões, dos hospitais ou das ruas, quase nus debaixo de seus farrapos. À justaposição desses extremos, assim como não tolhia os ricos, não humilhava os pobres. Mas chegou um momento em que a burguesia não suportou mais a pressão da multidão, nem o contato com o povo. Ela cindiu: retirou-se da vasta sociedade polimorfa para se organizar à parte, num meio homogêneo, entre suas famílias fechadas, em habitações previstas para a intimidade, em bairros novos, protegidos contra toda contaminação popular. A justaposição das desigualdades, outrora natural, tornou-se inteiramente repugnante: a repugnância do rico precedeu a vergonha do

pobre. A antiga sociedade concentrava um número máximo de gêneros de vida num mínimo de espaço, e aceitava – quando não procurava – a aproximação barroca das condições sociais mais distantes. A nova sociedade, ao contrário, assegurava a cada gênero de vida um espaço reservado, cujas características dominantes deviam ser respeitadas: cada pessoa devia parecer com um modelo convencional, com um tipo ideal, nunca se afastando dele, sob pena de excomunhão. O sentimento da família, o sentimento de classe e talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem, portanto, como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade.”⁵⁰

Temporalmente é importante associar essa mudança na estrutura familiar também com a formação do capital e o nascimento das ‘capitais’ nos Estados soberanos como uma referência a civilidade. O historiador Giulio Carlo Argan corroborou esse pensamento associando o esplendor das capitais, por exemplo, como a ideia de monumento como unidade plástica e arquitetônica representativa dos valores ou da autoridade, que então estaria conectada com a ideia da cidade-capital, também com a ideia do Estado absoluto. A conformação das capitais carrega, além do monumental, também a importância da abertura das grandes avenidas como símbolo de civilidade: elas serão um dos marcos principais da capital. Os passeios (boulevards) seriam a representação e lugar do fluxo incessante principalmente da burguesia no século XIX; constituindo-se em outros dos maiores símbolos de civilidade, ali já então se estabeleceria a separação entre espaço trafegável para carruagens e a calçada para pedestres. Outra característica seria a criação dos parques e das praças.⁵¹ A capital se tornaria a razão primeira e última de todo processo de capitalização e civilização.⁵²

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁴⁹ FUÃO, Fernando. *Sobre domesticação, a cidade pestilenta*. Em RES. Revista de estética e Semiótica v. 9 n. 2. (2019).

⁵⁰ ARIÉS, op. cit.; 279.

⁵¹ ARGAN, G. C. *La Europa de las capitales. 1600-1700*. Barcelona: Skira Carroggio Ed. 1964. P. 3

⁵² FUÃO, Fernando. @ *Capital*. Em: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/PIXO.V6I20, v. 6, p. 20-51](https://doi.org/10.15210/pixo.v6i20.v.6.p.20-51), 2022.

A partir do século XVIII começaria a ser transferida para o estado monárquico e para os religiosos, a antiga educação, os bons modos. A família perderia parte de sua autonomia na criação de seus filhos e a partir desse momento, a própria família passaria a ser domesticada pelo Estado e pelo capital com toda sua força.

Todos os nossos costumes contemporâneos tornam-se incompreensíveis se desprezamos a trajetória da família. O mesmo também com a arquitetura e os estudos da cidade, se não compreendemos o processo de domesticação que sofreu a família e a casa por parte do Estado e seus agentes. Nunca estaremos cômnicos a projetar moradias, ter ‘ciência’ do que se faz, se não aceitarmos que a casa doméstica em seu sentido físico material. A própria expressão a casa doméstica em si é uma redundância. Para Ariés, não foi o individualismo que triunfou, foi a ‘família moderna’, é como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais, desaparecidas para permitir ao homem escapar para uma insustentável solidão moral. A família moderna reforçaria a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições. Em sincronia, com a nova família houve também uma transformação da antiga domesticação praticada nas crianças pela antiga família, para uma nova domesticação praticada pelos mestres religiosos, e posteriormente ao Estado, em detrimento da família.

ANOTHER BRICK IN THE WALL

O grande acontecimento foi o reaparecimento no início dos tempos modernos da preocupação com a educação. Esse interesse animou certo número de eclesiásticos e juristas ainda raros no século XV, mas cada vez mais numerosos e influentes nos

séculos XVI e XVII. “As ordens religiosas fundadas então, como os jesuítas ou os oratorianos, tornaram-se ordens dedicadas ao ensino, e seu ensino se dirigia essencialmente às crianças e aos jovens. Através da literatura e da propaganda, ensinaram aos pais que eles eram guardiães espirituais, que eram responsáveis perante Deus pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos.”⁵³

Começa, então, uma inflexão onde o Estado moderno, via catequese, doravante passaria a domesticar as crianças, mediante o ingresso na escola via internato, e se abateria traumáticamente o terror das crianças quando os pais ameaçavam colocar num colégio interno. Seria lá no internato, onde seria aplicada a disciplinaridade aos corpos das crianças, punições e castigos, e agora sem muito a quem recorrer dessa doma, estavam afastados da família, e cativos dos padres. É o período das “disciplinas”, do confinamento, da quarentena e do isolamento. Para as crianças, esse período poderia demorar 4 a 8 anos num internato até voltar para casa com a cabeça impregnada dos hábitos morais ditados pelos tutores eclesiásticos.

Importante observar que tanto nos estudos do historiador Philippe Ariés como do filósofo Michel Foucault, ambos destacam o regime não só de esquadramento e partição da sociedade e da casa, o isolamento da família, mas também o afastamento dos filhos, e o afastamento das classes sociais. Como explica Ariés, “Às escolas de caridade do século XVII, fundadas para os pobres, atraíam também as crianças ricas. Mas a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitariam mais essa mistura, e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular, para colocá-las nas pensões ou nas classes elementares dos colégios, cujo monopólio conquistariam.”⁵⁴

⁵³ ARIÉS, P. Op. cit.; p. 276-277.

⁵⁴ Op. cit.; p. 279-280

Com a invenção da família moderna foi possível liberar parte do tempo e da preocupação que era antes dedicado a crianças. O tempo liberado seria captado, capturado pelo novo regime de trabalho, e conseqüentemente a submissão à nova domesticação temporal ditado pelo ritmo das fábricas, da industrialização e do capital, e hoje do consumo. Para as novas famílias do século XVIII, ainda patriarcais, segundo Ariés, “as promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade, agora lhes repugnava. Compreende-se que essa ‘ascendência moral’ da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior. As classes populares mantiveram até quase nossos dias esse gosto pela multidão. Existe, portanto uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe.”⁵⁵

EPÍLOGO

O arquiteto ao projetar uma casa, ou atuar na cidade ele projeta não somente forma e função, mas sem perceber está reforçando um modo de vida, demandado ou não por seus clientes. Esse modo de viver e morar tem implicações profundas também com o modo de pensar, e comportar-se. Ele, ela, o arquiteto, a arquiteta reproduz e segue ‘habitando’, acostumando as pessoas através do modelo de domesticação que é ditado pelo *modus vivendi* do capital e do consumo, arquiteturas da moda. Domestica para o consumo, a começar pelo mobiliário da casa desde os básicos até os supérfluos. Na casa da família burguesa, então, tudo vai estar dividido, privatizado, personalizado: quartos e mobílias para a filha mulher, quarto e mobília para o filho homem, seus respectivos banheiros etc. O mesmo para o casal. O arquiteto

tem na hora do projeto a possibilidade de mudar, desviar esse processo, muitas vezes parece ser difícil, porque seus clientes na maioria das vezes já estão com seus imaginários totalmente domesticados por imagens exteriores do que seja realmente habitar, ou mesmo o lugar de trabalho. Por outro lado, as classes mais baixas também indiretamente se veem atingidas ao cultuar como ideal o modo de vida das classes de seus patrões, seus amos, seus dons.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1978. Tradução de Dora Flaksman.
- ARGAN, G. C. *La Europa de las capitales. 1600-1700*. Barcelona: Skira Carroggio Ediciones. 1964.
- BOÉTIE, Étienne de la. Discurso sobre a servidão voluntária, eBookLibris. L.C.C. Publicações Eletrônicas www.culturabrasil.org. 2006.
- BASSOLS, Miquel. Famulus. Em: <http://www.lacan21.com/sitio/2016/10/25/famulus/?lang=pt-br>.
- BAPTISTA, Jean. *Dossiê Missões: Volume I: O Temporal: sociedades e espaços missionais*. Brasília: IBRAM, 2015.
- MARCHI JUNIOR, W. *A teoria do jogo de Norbert Elias e as interdependências sociais: um exercício de aproximação e envolvimento*. Conexões, 1 (1). 2015. 101-113. <https://doi.org/10.20396/conex.v1i1.8640810>.
- DERRIDA, Jacques. *Seminário La bestia y el Soberano, volumen II (2002-2003)*. Buenos Aires: Manantial. 2011.
- DUBY, Georges; ARIÉS, Philippe. *História da Vida Privada 1. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador 1. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

⁵⁵ Op. cit.; p. 279

- ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador 2. Formação do Estado e Civi1ização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.
- ERASMO. *A Civilidade Pueril*. Lisboa: Editora Estampa, 1978. Tradução de Fernando Guerreiro.
- FLETCHER, Banister, 1833–1899; FLETCHER, Banister, Sir, 1866–1953. *Uma história da arquitetura no método comparativo*. Londres: Editora Batsford. 1905
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Los anormales*. México: Fondo de Cultura Economica. 2007.
- FREUD, Sigmund. *O sentimento de algo ameaçadoramente estranho*. Em: Textos essenciais sobre literatura, arte e psicanálise. Portugal: Publicações Europa-América Ltda. 1992.
- FUÃO, Fernando. *Sobre domesticação, a cidade pestilenta*. Em RES. Revista de estética e Semiótica v. 9 n. 2. (2019).
- FUÃO, Fernando. *CELU-LARES. PIXO*, Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 5, p. 258-261, 2021. <https://dx.doi.org/10.15210/PIXO.V5I18>
- FUÃO, Fernando. *@ CAPITAL*. Em: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/PIXO.V6I20](https://doi.org/10.15210/PIXO.V6I20), v. 6, p. 20-51, 2022.
- FUÃO, Fernando Freitas. *Sobre cadeiras e clareiras: uma leitura sobre a domesticação em Regras para o parque humano de Peter Sloterdijk. Parte II*. Píxo, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, v. 3, p. 18-39, 2019.
- FUÃO, Fernando Freitas. *Sobre cadeiras e clareiras: uma leitura sobre a domesticação em Regras para o parque humano de Peter Sloterdijk. Parte II*. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 4, p. 18-37, 2020.
- FUÃO, Fernando Freitas. *Construir, morar, pensar: uma releitura de ‘construir, habitar, pensar’, de Martin Heidegger (BAUEN, WOHNEN, DENKEN) DE MARTIN HEIDEGGER*. Revista Estética E Semiótica, 6(1). 2016. <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v6.n1.2016.01>
- HEIDEGGER, Martin. *Carta ao humanismo*. São Paulo: Editora Centauro. 2005. Tradução de Rubens Eduardo Frias
- HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. 1954. *Bauen, Wohnen, Denken*. 1951 conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf.
- HERRA RODRIGUEZ, Rafael Ángel, *Lo monstruoso y lo bello*. São José, Costa Rica: Editora UCR. 2015.
- LACAN, Jacques. *A família*. Lisboa: Assirio e Alvim. 1981
- LIMA, Fernando Macena de. *Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi (Séculos XVI-XIX), Historiografia da descrição dos sistemas de posse. (Dissertação)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística, Pós-Graduação em Semiótica e Linguística. São Paulo. 2009.
- MILLER, Jacques-Alain. *El revés de la familia. Consecuencias*. Revista digital de psicoanálisis, arte y pensamiento. Abril 2012. N.8. <http://www.revconsecuencias.com.ar/ediciones/008/template.php?file=arts/Alcances/El-reves-de-la-familia.html>
- REED, Evelyn. *Mulher e Família: Uma Análise Histórica. Em: Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- REVISTA CIBERDÚVIDAS DA LÍNGUA PORTUGUESA. <https://ciberduvidas.iscteuiul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-do-substantivo-familia/32950>
- SOLIS, Dirce Eleonora. *Desconstrução e arquitetura, uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. UAPÊ. 2009.
- WATSON, J. B.; WATSON, R. R. *Psychological care of infant and child*. New York: Norton, 1928.